

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º andar – Palácio das Araucárias
Curitiba – Paraná
Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social do Paraná
Reunião Ordinária de Julho/2024

Aos dois dias do mês de julho às duas horas do ano de 2024, se inicia a reunião ordinária da CIB/PR com atenção primária à lista de chamada estando presente os seguintes membros, Renata Mareziuk dos Santos, Quelen Silveira Coden, Ticyana Paula Beghini, Gustavo Henrique Abboud Pontes, Daniela Severgnini Silva, Paula Cristina Calsavara, Samanta Krevoruczka, Leonardo Ferreira, Magali Socher Luiz, Thais Lourenço de Souza Bustamante, Roseli Aparecida Godoi Rodrigues, Rubiene de Fátima Costa Pereira, Rosane da Silva Foques, Lucilene Cristiane dos Santos Diorio, Rosângela Batista da Silva Duarte e Ana Paula Leal Loliola Falanga. Com relação aos convidados estiveram presentes Jaqueline Micali (SMAS Londrina), Denise Colin (CAOPAS/MPPR), Adrianis Junor (CEAS/PR), Edson Aparecido de Alencar (CEAS/PR), Rebekka Rinklin Alves (COGEMAS/PR). A reunião teve início com a fala da Coordenadora Titular Renata que fez as considerações iniciais, junto às considerações iniciais da Presidenta do COGEMAS/PR Rosângela Batista. Renata informa que a gestão estadual está comemorando a assinatura do Termo de Adesão para construção de 21 unidades entre CRAS e CREIAS, via repasse Fundo a Fundo a partir do estudo aprovado e pactuado nesta Comissão Intergestores Bipartite e deliberado no Conselho Estadual de Assistência Social. Também informou sobre a alternância da mesa diretora do Conselho Estadual de assistência social, que é um momento histórico para o Conselho, quem assumirá a presidência é um conselheiro de sociedade civil representante do segmento dos usuários, Sr. Edson Aparecido de Alencar, do município de Piraquara, que esteve presente na reunião, é a primeira vez no Conselho Estadual que nós teremos um presidente representando segmento usuário, ainda pontuou “ estamos felizes com essa conquista, com esse avanço na representação no controle social, sabemos da importância de ter a sociedade civil presente no controle social. Um dos pontos de pauta hoje trata do apoio às gestões municipais na concretização do controle social e a participação dos conselheiros da sociedade civil, então a sua presença Sr. Edson é fundamental nessa discussão, estamos muito felizes em ter o senhor aqui”. Por fim, a Coordenadora ressaltou o processo sinérgico entre CIB e CEAS, com momentos importantes de ações conjuntas, deliberações, pactuações, e que não é apenas uma questão procedimental, mas sim uma articulação basilar para a dinâmica das instâncias que constroem diariamente o controle social no Estado do Paraná. Posteriormente, a presidenta do COGEMAS/PR Rosângela fez as considerações iniciais contextualizando sobre a reunião dos gestores municipais na parte da manhã, parabenizou o Sr. Edson pela conquista. Renata aproveitou o momento para informar sobre o calendário de reuniões da CIB, que não terá reunião em agosto por conta de conflitos de agenda com a Comissão Intergestores Tripartite do SUAS, mas devido à aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2025, que historicamente é aprovado no mês de agosto, e que no ano anterior foi realizada reunião conjunta entre CEAS e CIB, portanto há possibilidade de realização desta reunião, mas não há nada definido pois depende da Secretaria da Fazenda deliberar sobre o teto orçamentário para 2025. Rosângela nesse sentido, reforçou sobre a participação de todos os atores da política de assistência social no Estado do Paraná, e a importância das decisões serem conjuntas. Em seguida, o apoio técnico da comissão, Marjorie Cavalheiro fez a leitura da pauta para aprovação, o segundo ponto é um ofício do CEAS, o terceiro ponto é uma proposta de deliberação para pactuação sobre acolhimento institucional, o quarto ponto são os informes, sendo o piso único de assistências social, o informe permanente sobre o Programa de Transferência de Renda, o Grupo de Trabalho sobre População em Situação de Rua, a construção de CRAS e CREAS, o Ofício 101/2024 do CEAS que trata de Rede de Residências Inclusivas para Pessoa com Deficiência, para ciência e providências, informes do COGEMAS a política antimanicomial e por último o Encontro Descentralizado do COGEMAS/PR. Subsequente ao momento de aprovação da pauta, foi discutido sobre o Ofício 119/2024 do CEAS/PR que encaminha para ciência e discussão desta CIB, solicitando o fomento e pactuação de estratégias de fortalecimento da participação dos representantes da Sociedade Civil nos espaços de Controle Social, com atenção especial para o segmento dos trabalhadores e usuários do SUAS. Na oportunidade da Assembleia Geral de julho/2024 do COGEMAS/PR pactuou-se pelo envio de Nota aos municípios abordando sobre a importância de participação nos espaços de controle social, visando incentivar e apoiar os gestores municipais a reconhecerem a relevância das representações estarem presentes nesses espaços, para construção coletiva em prol do fortalecimento do SUAS. Renata informou que o documento supracitado é oriundo de uma situação específica no CEAS de conselheira da sociedade civil que estava com dificuldade de participação no Conselho, considerando o impedimento por parte da gestão municipal em liberar a servidora municipal. A Coordenadora informou que a gestão Municipal não compreende a importância da participação da funcionária, enquanto profissional, e enquanto representante dos trabalhadores do SUAS no CEAS, portanto não apoia a participação da mesma. Foi elucidado que no CEAS houve a discussão no sentido do que poderia ser feito para estimular essa participação da sociedade civil que enfrenta muitas dificuldades no dia a dia na sua participação tanto do controle social estadual, tanto no controle social Municipal, que muitas vezes têm essas dificuldades, um dos encaminhamentos propostos no CEAS foi o de solicitar esse apoio mesmo as gestões municipais para enfatizar a perspectiva de apoio das gestões aos funcionários que desejam ocupar espaços de controle social, e que estas gestões entendam a importância da participação e da construção conjunta da política pública de assistência social. O representante do CEAS na CIB, Sr. Edson pontuou que uma dificuldade no Conselho Estadual que acredita não ser uma dificuldade do Conselho Estadual mas também dos municípios de fomentar a participação da sociedade civil, uma vez que há um embate na participação dos referidos conselheiros com relação ao apoio e prestação de subsídio, como diárias, transporte além do apoio administrativo, portanto pondera que deve haver alteração na legislação municipal para permitir a participação destes segmento. O Conselheiro Edson, informou sobre sua ida à Brasília no dia 18 de junho, e que foi muito comentado sobre a campanha do Assédio Moral no SUAS, e reforçou que isso precisa ser reforçado e orientado com as gestões municipais, para situações como a da trabalhadora citada anteriormente, não se repitam, e não faça parte do SUAS, ainda, reiterou que a situação é à nível de Brasil, e não apenas no Estado do Paraná. Renata sugeriu como encaminhamento desse ponto a construção de nota conjunta entre CIB e COGEMAS e assim passa a palavra ao Conselheiro Adrianis, representante do CEAS na CIB. Subsequentemente, Adrianis fez o uso da palavra abordando que o “enredo foi longo, doloroso e difícil” mas que acha importante pontuar nessa comissão que o controle social é uma diretriz do SUAS. Como diretriz, ele permeia também as garantias e a proteção social. Nesse sentido, pensa ser importante que esta nota lembre todos os municípios que eles recebem IGD Bolsa e IGD SUAS, recursos da Assistência Social, que o controle social deve ser motivado não só porque recebem recursos, mas também porque desejam que essa política emancipatória, que garante autonomia, e que assim possam fazer com que o controle social aconteça de fato. Adrianis fala que “É surpreendente que quase 20 municípios não eram prioritários, mas foram considerados prioritários pela Coordenação de Programas. A pergunta que se faz e que deve ser propagada é: os municípios têm clareza do processo do controle social em suas instâncias, como no CMAS? Como eles funcionam? Porque, dependendo do que aconteceu agora, abre-se uma grande interrogação.” Por fim, o conselheiro reitera que acha importante a construção desta nota, mas que é fundamental discutir que os recursos são recebidos para financiar o controle social, os 3% do IGD Bolsa e do IGD SUAS são para financiamento dos conselhos, e isso não pode passar despercebido aos gestores municipais, finaliza com a seguinte fala “apesar de o último governo no âmbito executivo nacional ter desidratado todos os conselhos, há uma missão muito importante no SUAS, que é o fortalecimento dos conselhos.”. Posteriormente, Rosângela, diz surpreender-se com a situação apontada, e que se sensibiliza enquanto gestora municipal de Pinhais. Como encaminhamento final desse ponto pactuou-se pela construção de nota conjunta entre CIB e COGEMAS abordando sobre os pontos mudança de legislação, utilização do IGD para custeio e eixo estruturante do SUAS, além da vinculação da campanha do CNAS sobre assédio moral no SUAS, e uma reunião conjunta entre CEAS, CIB e CPAS/SEDEF com a gestão municipal.

Esta Ata foi elaborada por Marjorie Elizabeth Zalewski Torres Cavalheiro – Apoio Técnico da CIB/PR.